

O risco da conversão: uma simples troca de dívidas.

A conversão da dívida externa brasileira em investimentos poderá provocar o aumento do déficit público. Esse alerta consta de um documento elaborado por técnicos da área da dívida externa do Banco Central. O documento, obtido pelo **Jornal da Tarde** destaca que em decorrência da elevada participação da dívida do setor público, cerca de US\$ 85,3 bilhões, correspondendo a 84,5% do total da dívida registrada, se corre o risco de trocar a dívida externa pela interna. Isto expandiria a base monetária, aumentaria a liquidez e a inflação.

O tema conversão, tão complexo, está sendo estudado pelo consultor-geral da República, Saulo Ramos. E no âmbito do governo há inúmeros documentos sobre o assunto, alguns com posições bastante divergentes. Existe, porém, um ponto de consenso: a conversão não é a solução para o problema da dívida externa, mas apenas um meio de desafogar o País.

Os técnicos que estudam o assunto entendem que não haveria pressão sobre a base monetária em relação às conversões diretas, onde o credor inicial apenas transforma-se em investidor, na mesma empresa; ou mesmo no caso em que o título possa ser negociado com o devedor interno, do setor privado, para posterior emprego dos recursos obtidos, em cruzados.

O mesmo não acontece no caso

em que a dívida externa a ser convertida seja de propriedade do Banco Central ou do setor público. Isto deve-se ao elevado montante dos débitos de longo prazo do Banco Central, provenientes dos depósitos das renegociações externas, de US\$ 15,4 bilhões (em setembro de 1986) e também da elevada participação da dívida do setor público.

No caso da compra de títulos relativos à dívida externa do Banco Central, isto implicaria expansão da base monetária, com entrega de cruzados ao investidor. Alternativa a esta expansão seria a emissão de títulos de longo prazo do próprio BC, "o qual apenas trocaria a sua dívida externa por dívida interna".

Ainda dentro da alternativa de negociação entre investidor externo e devedor interno, o documento destaca que se o crédito for de responsabilidade do setor público, "haveria grandes dificuldades para comprar internamente parcela de sua dívida externa e para substituí-la por títulos em cruzados" devido à "difícil situação financeira e elevado endividamento interno do setor público".

Uma das possibilidades é o Banco Central encarregar-se da aquisição dos títulos da dívida destinados à conversão, assumindo assim o lugar do credor externo, mas recebendo em cruzados.